

Os idosos e a habitação

The Elderly and a Housing

Zulma das Graças Lucena Schussel

RESUMO: Este artigo discute as políticas urbanas que estão sendo implementadas no país, em específico, as políticas de habitação de interesse social e sua capacidade de responder às mudanças do perfil etário. Foram levantados os principais indicadores referentes à população idosa e às políticas urbanas e habitacionais no país; foram analisados os programas em vigência e sua atuação junto à população idosa, finalizando com considerações sobre exemplos de boas práticas destinadas a esse grupo etário.

Palavras-chave: Pessoas com idade superior a 60 anos; Políticas públicas; Habitação.

ABSTRACT: *This article discusses urban policies that are being implemented in the country, in particular, the policies of social housing and its ability to respond to changes in the age profile. We raised the key indicators for the elderly population and related policies and urban housing in the country, we analyzed the programs in force and their work with the elderly population. And presents considerations on examples of good practice for this age group.*

Keywords: *The Elderly and a Housing; People with more than 60 years old; Public Policy; Housing.*

Introdução

As mudanças do perfil da população ocorridas nas últimas décadas no Brasil obrigam aos pesquisadores e gestores públicos a realizar uma avaliação sobre as políticas sociais em andamento no país, assim como uma reflexão sobre as demandas futuras da sociedade. Segundo Camarano e Pasinato (2004), o rápido crescimento no número de idosos no mundo vem se apresentando como um fenômeno social e biológico sem precedente histórico que, ao mesmo tempo, representa um dos principais êxitos da humanidade no século XXI e um dos seus principais desafios.

Este artigo tem por objetivo discutir as políticas urbanas que estão sendo desenvolvidas no país, em específico as políticas de habitação de interesse social e sua percepção sobre as mudanças do perfil etário. Para isso, foi identificada a situação da população com idade acima de 60 anos em relação às demais faixas de idade, incluindo as projeções para as próximas décadas produzidas pelos órgãos oficiais. A partir da atuação do Ministério das Cidades no que se refere às políticas urbanas e habitacionais no país, foram analisados os programas em vigência e sua atuação junto à população acima de 60 anos. E, por último, apresenta algumas considerações sobre exemplos de boas práticas destinadas a esse grupo etário.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003), assim como a Organização Mundial da Saúde (OMS), definem como “idosos” as pessoas com 60 anos ou mais. Contudo, como bem distinguem Camarano e Pasinato (2004), nessa definição não estão consideradas questões como a heterogeneidade entre indivíduos, grupos sociais, raça e tempo “e, por isso, está sujeita a incluir indivíduos que não necessitem de tais políticas ou a excluir os que delas necessitem”. Ainda segundo Camarano (2005),

O ponto de partida para se pensar essa questão é levar em conta a heterogeneidade do segmento idoso. Parte-se da hipótese de que esse grupo experimentou trajetórias de vida diferenciadas que vão afetar as suas condições de vida na última etapa. Essas trajetórias são fortemente marcadas pelas desigualdades sociais, regionais e raciais em curso no país. As políticas sociais podem reforçar essas

desigualdades ou atenuá-las, bem como os mitos, os estereótipos e os preconceitos em relação à população idosa.

A imagem predominante sobre o envelhecimento é do idoso dependente e vulnerável econômica, física e socialmente. Os debates atuais sobre o envelhecimento muitas vezes enveredam para os argumentos referentes aos custos dos idosos para a sociedade e principalmente, para a população economicamente ativa. Cria-se uma disputa de gerações em relação aos gastos públicos, levando-se a pensar que “mesmo que o envelhecimento seja desejável sob a perspectiva dos indivíduos, o crescimento da população idosa pode acarretar um peso sobre a população jovem, e o custo de sustentá-la vir a constituir uma ameaça ao futuro das nações” (Camarano & Pasinato, 2004).

Contudo, em contrapartida, existe outra linha de pensamento que trabalha com o conceito de envelhecimento ativo, e que está presente no Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento (SEDH, 2003). A Organização Mundial (OMS) define o envelhecimento ativo como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005).

Seguindo esse conceito, a OMS criou o programa “Cidade Amiga do Idoso” que tem por objetivo oferecer exemplos e sugestões às cidades, de ações e infra-estruturas urbanas que permitam o envelhecimento ativo:

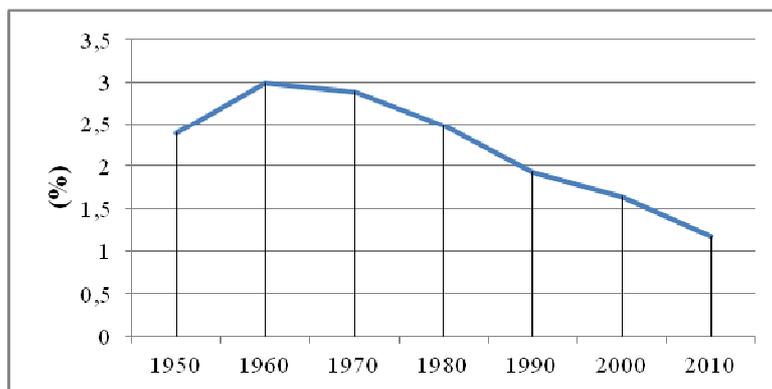
Em uma cidade amiga do idoso, políticas, serviços, ambientes e estruturas dão apoio e capacitam as pessoas a envelhecer ativamente ao: - reconhecer a ampla gama de capacidades e recursos entre os idosos; - prever e responder, de maneira flexível, às necessidades e preferências relacionadas ao envelhecimento; - respeitar as decisões dos idosos e o estilo de vida que escolheram; - proteger aqueles que são mais vulneráveis; e - promover a sua inclusão e contribuição a todas as áreas da vida comunitária (OMS, 2005).

O crescimento da população idosa no Brasil

Os resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, demonstram que a taxa de crescimento da população brasileira vem decrescendo desde

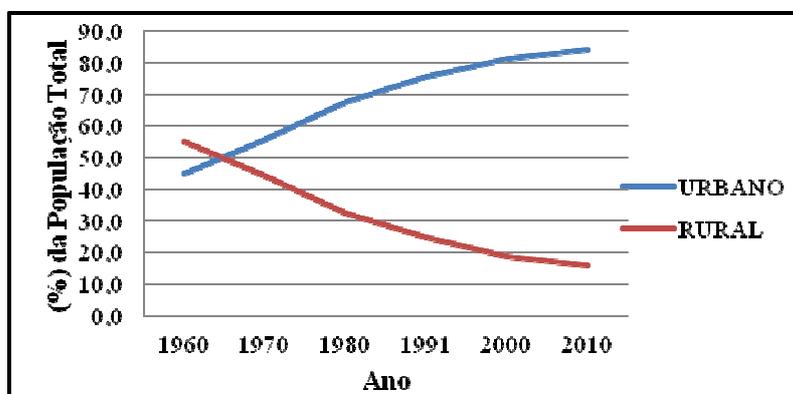
1960, e que a concentração da população nas cidades vem crescendo, atingindo uma taxa de urbanização de 84,4 %. (Gráficos 1 e 2, a seguir):

Gráfico 1 – Taxa Geométrica de Crescimento da População, Brasil (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 2 – Percentual da população urbana e da população rural em relação à população total, Brasil (2010)

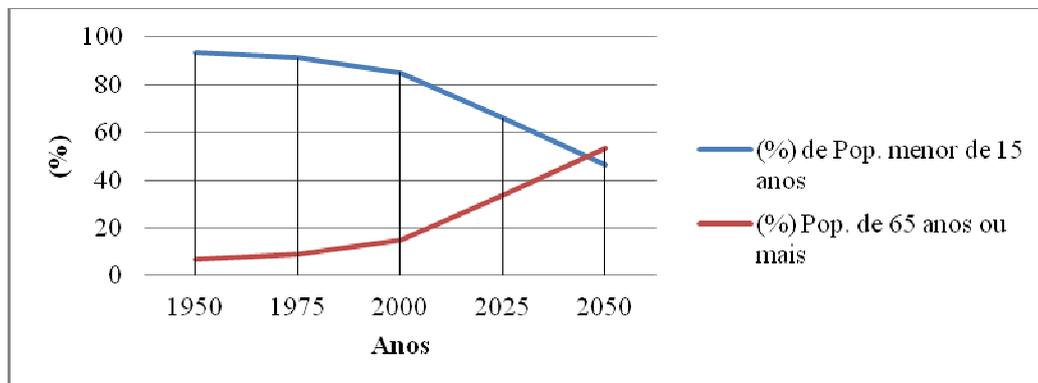


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Outra alteração significativa entre 1960 e 2010 diz respeito à configuração da população por grupos etários, com o crescimento da população idosa (acima de sessenta anos) e a diminuição da população jovem (zero a quatorze anos).

O índice de envelhecimento da população brasileira (razão entre o grupo de idosos com idade igual ou superior a 65 anos, e o grupo infanto-juvenil menores de 15 anos) projetado para 2050 é de 114,3, o que significa que, na soma das duas, a população idosa passará a responder com 53,3% do total.

Gráfico 3 – Comparativo entre o (%) da População menor de 15 anos em relação total e (%) da População de 65 anos ou mais, Brasil (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Guidugli (s/d) ressalta, em artigo sobre o tema, que, apesar das projeções populacionais demonstrarem um crescimento significativo do grupo com idade acima de 60 anos, os estudos e práticas com relação a essa população “ainda não têm merecido a atenção necessária”.

O autor enumera as principais questões relativas ao envelhecimento que merecem uma abordagem específica e, entre elas, destaca a espacial, isto é, a distribuição dos idosos no território nacional, considerando as diversidades existentes entre as diversas regiões do país, que não permitem uma abordagem homogênea.

Verifica-se que a maior concentração de idosos está localizada na Região Sudeste, que conta com 46,3% da população acima de 60 anos do país, na qual se somam os idosos das Regiões Metropolitanas de São Paulo (2,491 milhões de pessoas) e Rio de Janeiro (1,879 milhões de pessoas) que, por sua vez, concentram o maior percentual de idosos entre as regiões metropolitanas (Tabela 1).

Segundo Veras, Ramos e Kalache (1987), as regiões metropolitanas vêm concentrando cada vez mais a população idosa (31,0% do total dos idosos concentrados em dez regiões), “o que revela uma dimensão particular quanto à qualidade de vida do idoso, no contexto de cidades complexas que já exibem múltiplas carências para toda a população e não apenas para os idosos”.

Tabela 1 – População residente total e pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas (2011)

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	População Residente							
	Total	60 anos ou mais de idade						
		Total		Distribuição percentual por grupos de idade (%)				
		Abs.	Relativo	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	195.243	23.536	12,1	3,8	2,9	2,1	1,6	1,7
Região Norte	16.499	1.302	7,9	2,5	2,1	1,4	0,9	1,0
R. M. de Belém	2.158	208	9,6	3	2,2	1,9	1,1	0,6
Região Nordeste	54.226	6.212	11,5	3,4	2,7	2,1	1,4	1,8
R. M. de Fortaleza	3.735	402	10,8	3,5	2,5	1,9	1,4	1,5
R. M. de Recife	3.766	462	12,3	4,2	3,1	2	1,5	1,5
R.M. de Salvador	3.671	346	9,4	3,2	2,3	1,7	1	1,3
Região Sudeste	92.067	10.898	13,3	4,2	3,1	2,4	1,8	1,8
R. M. de Belo Horizonte	4.997	585	11,7	3,6	2,8	2	1,5	1,7
R. M. do Rio de Janeiro	12.043	1.879	15,6	5,1	3,5	2,8	2,1	2,1
R. M. de São Paulo	20.070	2.491	12,4	4,2	2,7	2,2	1,6	1,7
Região Sul	27.875	3.658	13,1	4,3	3,2	2,3	1,7	1,7
R. M. de Curitiba	3.261	345	10,6	3,6	2,6	1,6	1,4	1,4
R. M. de Porto Alegre	4.030	530	13,2	4,5	3,3	2,2	1,5	1,6
Região Centro-Oeste	14.576	1.465	10,0	3,6	2,5	1,7	1,2	1,1
Distrito Federal	2.681	237	8,8	3,2	2,2	1,4	1,1	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2011)

No que se refere aos aspectos qualitativos, poucos estudos distinguem as diferentes necessidades por grupos de idade, a partir dos 60 anos. Veras, Ramos e Kalache (1987) destacam que, com o crescimento desse segmento populacional, é importante desmembrá-lo em grupos etários menores, de forma a distinguir melhor cada um deles, para que se possam identificar suas necessidades específicas.

O percentual de pessoas idosas varia entre 11,0 e 13,1%, tanto nas áreas urbanas e rurais, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres, com uma pequena preponderância das últimas, sendo que o grupo etário com maior percentual é aquele acima de 70 anos, o qual geralmente tende a precisar de maior apoio das políticas públicas (Tabela 2).

Tabela 2. População Residente por Situação do Domicílio e Sexo, por Grupo de Idade acima de 60 anos, Brasil, 2011

	Total		Homens (%)	Mulheres (%)	Urbana (%)			Rural (%)		
	Abs.	(%)			Total	H.	M.	Total	H.	M.
60 a 64 Anos	7.440	3,8	3,7	4,0	3,8	3,6	4,0	3,9	4,0	3,8
65 a 69 Anos	5.623	2,9	2,7	3,1	2,9	2,6	3,1	3,0	3,1	2,9
70 Anos ou mais	10.473	5,4	4,7	6,0	5,3	4,5	6,0	5,8	5,7	6,0
Total da População acima dos 60 anos	23.536	12,1	11,0	13,1	11,9	10,7	13,1	12,7	12,7	12,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2011)

Constata-se na Tabela 3, a seguir, que aproximadamente 75% da população brasileira com 60 anos de idade ou mais tem uma renda entre 0 e 2 salários mínimos. Do ponto de vista espacial, na Região Nordeste, 61,5% das pessoas com sessenta anos ou mais, apresenta uma renda inferior a um salário mínimo, enquanto que, na Região Sudeste, esse percentual é igual a 42,2%, menor que nas demais regiões em termos relativos, mas preocupante da mesma forma, levando-se em conta os números absolutos, que ultrapassam em muito os encontrados nas demais (Tabela 3).

Tabela 3. População Residente com 60 anos ou mais, por condição de renda, e respectiva distribuição por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (2011)

Grandes Regiões	Pessoas com 60 anos ou mais de idade					
	Total		Distribuição percentual por classe de rendimento mensal de todas as fontes. (salário mínimo) (%)			
	Abs.	Relativo em relação à pop. total (%)	Até 1/2	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	23.536	12,1	10,4	38,6	23,4	24,7
Região Norte	1.302	7,9	9,7	48,1	22,5	17,2
Região Nordeste	6.212	11,5	9,0	52,5	22,5	13,7
Região Sudeste	10.898	13,3	12,0	30,2	23,5	30,4
Região Sul	3.658	13,1	8,1	35,8	25,3	29,0
Região Centro-Oeste	1.465	10	10,7	40,4	21,6	25,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2011)

Sabendo-se que esse grupo etário a médio e longo prazo tende a aumentar, o argumento da necessidade de políticas públicas voltadas a esse segmento populacional é reforçado, tendo-se sempre como referencial que estas serão dirigidas a um grupo que tem em comum apenas a faixa etária, mas cujas peculiaridades diferem bastante, assim como a sua distribuição no território nacional.

Segundo Tramontano (1993; 1995, citado por Camarano, 2005), as tendências gerais do modo de vida da população no século XXI apresentam mudanças, entre as quais, é possível enumerar:

- ✓ envelhecimento da população e famílias menores, como já foi demonstrado neste artigo;
- ✓ famílias não convencionais, com o aumento das separações conjugais e divórcios, assim como queda na taxa geral de nupcialidade legal no País. A pesquisa “Estatísticas do Registro Civil”, realizada pelo IBGE, que passou de 13% em 1970, para 6,6% em 2010;

- ✓ aumento do papel da mulher na sociedade, que passou a participar mais intensamente do mercado de trabalho e que, em casos de separação do casal, assume o custeio da família;
- ✓ maior acesso às informações decorrentes da globalização, que abrem novos olhares sobre o cotidiano, mudando as perspectivas de futuro dos jovens.

Muitos idosos optam por morar sozinhos, enquanto outros passam a morar com os filhos, quando a idade avança. Observa-se que a renda da aposentadoria muitas vezes passa a ser a principal renda da família, obrigando tanto o idoso quanto os familiares a uma convivência que nem sempre representa o que desejariam. A presença dos idosos nesses casos é responsável por reduzir o grau de pobreza.

A moradia para os idosos

O Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, adotado nas assembleias sobre o envelhecimento populacional da Organização das Nações Unidas, de Viena, em 1982, e de Madrid, em 2002, estabelece três objetivos principais no que se refere à moradia e condições de vida:

Objetivo 1: Promover o envelhecimento na comunidade em que se viveu, levando devidamente em conta as preferências pessoais e as possibilidades no tocante à moradia acessível para idosos.

Objetivo 2: Melhoria do projeto ambiental e da moradia para promover a independência de idosos considerando suas necessidades, particularmente dos que apresentam incapacidades.

Objetivo 3: Melhorar a disponibilidade de transporte acessível e economicamente exequível, para os idosos (ONU, 2003).

Do ponto de vista da legislação, o Estatuto do Idoso, em seus artigos 37 e 38, estabelece que:

Art. 37. O idoso tem direito à moradia digna junto à sua família de origem, ou só, quando desejar, ou ainda em entidade pública ou privada.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

No entanto, os programas habitacionais voltados para a população idosa são bastante escassos, apesar de haver um esforço do governo federal para reduzir o déficit habitacional do país que em 2008, foi estimado pelo Ministério das Cidades em aproximadamente 5,5 milhões de domicílios.

O programa “Melhores Práticas” da Caixa¹ divulga projetos-referência com iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento local a partir da inclusão social, habitação, gestão municipal, ambiental e saneamento. No período 2011-2012 foram selecionadas as 20 melhores práticas que foram vencedoras do VII Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, e nenhum dos selecionados tratava da problemática dos idosos (CAIXA, 2013), demonstrando o vazio que ainda existe em relação ao tema.

No acervo acumulado das melhores práticas vencedoras, foi encontrado um único programa voltado para a população com mais de 60 anos. Trata-se do projeto Vila do Idoso desenvolvido pela COHABSP e Secretaria de Habitação – SEHAB/HABI da Prefeitura Municipal de São Paulo, que abriga 142 pessoas com mais de 65 anos, num programa de aluguel social implementado a partir de 2007.

¹ Caixa Econômica Federal – Banco estatal que é o principal agente financeiro dos programas voltados à habitação de interesse social no Brasil.

Segundo Deus (2010), “a concepção do empreendimento é inovadora pela natureza da demanda — apenas idosos, e por ter viabilizado o acesso à moradia sem a lógica da aquisição e sim da locação social”.

O valor do aluguel é calculado em função da renda do beneficiário, variando entre 10 e 15% desta, e de acordo com a Prefeitura de São Paulo (2013), “por ser subsidiado pelo Fundo Municipal de Habitação, o aluguel é inferior ao cobrado no mercado, bem como a taxa condominial, o que possibilita uma melhoria na qualidade de vida”. Existe um acompanhamento social pela equipe técnica da Prefeitura que procura auxiliar os moradores em relação à nova moradia e à sua autonomia. As referências em relação ao projeto são positivas, tanto por parte dos moradores, como por parte dos gestores do programa.

Como foi apontado anteriormente, São Paulo concentra o maior número de idosos do país que, com isso, passa a ser encarado como um dos principais desafios dos gestores municipais. Como o programa Vila do Idoso faz parte do Programa de Revitalização Urbana do Centro de São Paulo, os recursos para sua execução tiveram aporte de agências de financiamento externas. No entanto, São Paulo distingue-se um pouco da realidade brasileira, uma vez que enfrenta todos os problemas decorrentes da urbanização, mas, ao mesmo tempo, dispõe de um volume de recursos bem maior para enfrentar suas demandas, se comparado com os demais municípios brasileiros.

Segundo a Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, no documento Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2011, a maioria dos municípios dispõem de programas voltados aos idosos nas áreas de: enfrentamento à violência, promoção da saúde, garantia/melhoria de acessibilidade a espaços públicos de esporte e lazer, garantia/melhoria de acessibilidade de transporte público, capacitação do cuidador e outros (IBGE, 2011) (Tabela 4). Contudo, não há, no documento, referências sobre a questão da habitação para idosos, apesar de o déficit habitacional no Brasil representar aproximadamente 5,5 milhões de habitações, e não existirem informações suficientes que permitam contabilizar quanto representa o déficit habitacional para pessoas com idade superior a 65 anos.

Quase todos os municípios com mais de 500.000 habitantes dispõem de programas para idosos, enquanto que o maior número de municípios que não dispõem de programas voltados para idosos encontram-se na faixa de população de 0 a 10.000 habitantes e, como foi citado anteriormente, esses municípios, com orçamentos

pequenos diante das despesas municipais, teriam dificuldade em manter programas com subsídios municipais.

Tabela 4 – Municípios com política, programa e/ou ações para pessoas idosas, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios, Brasil (2011)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com política, programa e/ou ações para pessoas idosas		Total	Com política, programa e/ou ações para pessoas idosas
Brasil	5.565	5.077	Sudeste	1.668	1.484
Até 5.000	1.303	1.150	Até 5.000	399	329
De 5.001 a 10.000	1.212	1.073	De 5.001 a 10.000	390	335
De 10.001 a 20.000	1.400	1.277	De 10.001 a 20.000	356	321
De 20.001 a 50.000	1.043	996	De 20.001 a 50.000	286	269
De 50.001 a 100.000	324	313	De 50.001 a 100.000	98	95
De 100.001 a 500.000	245	241	De 100.001 a 500.000	122	118
Mais de 500.000	39	37	Mais de 500.000	17	17
Norte	449	395	Sul	1.188	1.107
Até 5.000	86	72	Até 5.000	433	396
De 5.001 a 10.000	81	65	De 5.001 a 10.000	273	251
De 10.001 a 20.000	108	97	De 10.001 a 20.000	234	218
De 20.001 a 50.000	111	101	De 20.001 a 50.000	147	142
De 50.001 a 100.000	42	39	De 50.001 a 100.000	53	52
De 100.001 a 500.000	19	19	De 100.001 a 500.000	44	44
Mais de 500.000	2	2	Mais de 500.000	4	4
Nordeste	1.794	1.642	Centro-Oeste	466	449
Até 5.000	242	218	Até 5.000	143	135
De 5.001 a 10.000	363	321	De 5.001 a 10.000	105	101
De 10.001 a 20.000	591	534	De 10.001 a 20.000	111	107
De 20.001 a 50.000	427	403	De 20.001 a 50.000	72	71
De 50.001 a 100.000	114	110	De 50.001 a 100.000	17	17
De 100.001 a 500.000	46	46	De 100.001 a 500.000	14	14
Mais de 500.000	11	10	Mais de 500.000	4	4

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic. (2011)

Considerações finais

Para o município de São Paulo, o sucesso do programa habitacional Vila do Idoso é uma importante experiência, porque norteia a possibilidade de replicá-lo, adaptando-o às características físicas, culturais e de renda de cada região da cidade, levando-se em conta que, no caso relatado, foram selecionadas as pessoas que teriam condições de pagar o aluguel e demais despesas com habitação.

Contudo, as estatísticas do IBGE mostram que muito poucos municípios teriam fôlego para manter um programa dessa natureza de forma satisfatória, com disponibilidade de equipe de acompanhamento social, tornando-se arriscado aplicá-lo a outras realidades, sem um estudo das condições de vida da população-alvo.

Como aproximadamente metade da população com mais de 60 anos no país com uma renda de 0 a 2 salários mínimos, os programas habitacionais deverão se adequar a esse limite, não se esquecendo de que, em muitos casos, a renda do idoso garante a subsistência da família, e que sua ida para outro local implicaria na diminuição da renda da família.

Nesse sentido, as políticas habitacionais para esse grupo etário necessitam de programas flexíveis que se adaptem às diferentes situações. Cabe considerar que essas considerações são verdadeiras também para os demais grupos etários, cuja diversidade cultural e econômica necessita da atenção do poder público federal, quanto aos programas sociais, para não replicar soluções genéricas, a fim de solucionar problemas com características locais.

Referências

BRASIL. (2003). Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003: *Estatuto do Idoso*. Brasília (DF): Senado Federal.

BRASIL. (2003). *Plano de ação internacional sobre o envelhecimento ONU*. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1). Brasília (DF): Secretaria Especial dos Direitos Humanos (p. 86: 21 cm).

BRASIL. (2011). *Déficit habitacional no Brasil 2008/ Ministério das Cidades*. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília (DF): Ministério das Cidades.

- CAIXA. (2013). *Programa Caixa Melhores Práticas*. Recuperado em 13 janeiro, 2013, de: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/mp_portal_2013/acervo/1319/pratica.asp.
- Camarano, A.A. & Pasinato, M.T. (2004). O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?*, 253-292. Rio de Janeiro (RJ): IPEA.
- Deus, S.I.A.de. (2010). Um Modelo de Moradia para Idosos: O Caso da Vila dos Idosos do Pari-São Paulo (SP). *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, 195-213. São Paulo (SP): FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- Guidugli, O.S. (s/d). O Envelhecimento Populacional e sua Espacialização no Brasil e Aspectos do Estado de São Paulo. Recuperado em 03 novembro, 2012, de: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/11.pdf>.
- IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.
- IBGE. (2011). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, 2011*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.
- IBGE. (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.
- IBGE. (2012). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.
- OMS (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. World Health Organization. Suzana Gontijo, Trad.. Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde.
- ONU (2003). *Plano de ação internacional sobre o envelhecimento*. Arlene Santos, Trad.; Alkmin Cunha, Rev. de português; Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois, Rev. técnica. Brasília (DF): Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Veras, R.P., Ramos, L.R. & Kalache, A. (1987). Crescimento da população idosa no Brasil: Transformações e consequências na sociedade. *Revista Saúde Pública*, 21, 225-233. São Paulo (SP).

Recebido em 01/12/2012

Aceito em 20/12/2012

Zulma das Graças Lucena Schussel - Graduada em Arquitetura e Urbanismo em 1974, Universidade Federal do Paraná. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, 2006. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana - PPGTU e no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR.

E-mail: zulma.schussel@pucpr.br